

PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA

Jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil

Falta de liderança
atrapalha sucessões

Estamos na véspera do fechamento do período de convenções — 5 de agosto — e ainda há muita coisa por ser definida em praticamente todos os partidos. O candidato do PL à presidência, Flávio Bolsonaro, ainda não definiu o seu vice, já que a senadora Tereza Cristina, sua preferida, aceitou, mas seu partido, o PP, não deixou, anunciando neutralidade. O presidente Lula manteve Alckmin como seu companheiro. Lula tem sorte e sabe escolher, como fez

nos dois primeiros mandatos com o saudoso José Alencar. No Rio, o ex-prefeito Eduardo Paes pode se eleger no primeiro turno, assim como Tarcísio de Freitas em São Paulo. Em Goiás também são grandes as chances do candidato do ex-governador e candidato a presidente Ronaldo Caiado, se eleger no primeiro turno. Em Minas, como diria Stanislaw Ponte Preta, a sucessão está um “samba do crioulo doido”. Estão definidas as candidaturas do governador Mateus Simões, que quer se reeleger; o PT tem Patrus Ananias, o MDB Gabriel Azevedo e o PDT o ex-prefeito Alexandre Kalil. O líder nas pesquisas, Cleitinho, andou fazendo hora e seu partido, Republicanos, disse que ele não seria mais candidato e ele retrucou, dizendo que vai disputar. Na última hora, Marcelo Aro deu

uma rasteira e apareceu como candidato do Republicanos. O PL, na espera de uma composição com o Republicanos, tendo Cleitinho como candidato, poderia ter uma candidatura própria de peso, o ex-prefeito Vitório Medioli, mas a Executiva, já no final do prazo das convenções, ainda não bateu o martelo. De se estranhar também o fato da maioria, quase a totalidade, dos candidatos em Minas ainda não terem definido seus companheiros de chapa. Não há vices disponíveis. Isto, na política mineira dos bons tempos, nunca aconteceu. Esta dificuldade dos partidos em comporem suas chapas ao governo leva a uma outra preocupação: a qualidade das chapas para a disputa do Senado e dos Legislativos Federal e Estadual. De assustar.

RAPHAEL AYUB

Secretário de Turismo do Rio Grande do Sul

Enoturismo:
quando o vinho
se transforma
em política de
desenvolvimento

Durante muito tempo, o enoturismo foi visto apenas como uma modalidade sofisticada de lazer, destinada aos apreciadores do vinho e aos visitantes da Serra Gaúcha. Essa percepção já não corresponde à realidade. Hoje, o vinho deixou de representar apenas um produto agrícola ou industrial para tornar-se um ativo econômico capaz de impulsionar investimentos, fortalecer pequenas empresas, gerar empregos, ampliar a arrecadação e projetar internacionalmente o Rio Grande do Sul.

O turismo contemporâneo não se organiza apenas em torno de paisagens. Os destinos mais competitivos do mundo são aqueles que conseguem transformar sua identidade em valor econômico. O enoturismo é justamente a demonstração de que tradição, cultura e produção podem caminhar juntas quando existe planejamento, organização territorial e uma estratégia pública consistente.

O Vale dos Vinhedos simboliza esse processo. O que começou há mais de um século, com famílias de imigrantes italianos cultivando videiras para consumo próprio, evoluiu para um dos mais bem estruturados polos de turismo do País. Não foi uma transformação espontânea. Ela decorreu da profissionalização da vitivinicultura, da cooperação entre produtores, da qualificação dos serviços turísticos e da construção de uma identidade reconhecida nacional e internacionalmente.

A força desse modelo está na integração entre agricultura, indústria e serviços. O visitante não compra apenas uma garrafa de vinho. Ele vivencia uma experiência completa que envolve hospedagem, gastronomia, cultura, arquitetura, comércio local, transporte e eventos. Cada etapa dessa jornada distribui renda por dezenas de pe-

quenos negócios familiares, ampliando o impacto econômico muito além das vinícolas.

É justamente essa capacidade de irradiar desenvolvimento que diferencia o enoturismo de outros segmentos turísticos. Enquanto muitos destinos dependem exclusivamente de temporadas específicas ou de grandes eventos, a cadeia do vinho cria um fluxo econômico permanente, sustentado pela diversidade de experiências oferecidas ao longo do ano. A vindima movimenta visitantes interessados em acompanhar a colheita. O inverno atrai turistas em busca do clima serrano. Festivais tradicionais, como a Fenavinho, renovam o calendário e estimulam novas viagens. Essa distribuição da demanda reduz a sazonalidade e oferece maior previsibilidade aos empreendedores.

Outro diferencial decisivo está na proteção da origem. A Indicação de Procedência conquistada pelo Vale dos Vinhedos, pioneira no Brasil, representa muito mais do que um selo de qualidade. Ela transforma território em patrimônio econômico. Assim como ocorre nas principais regiões produtoras da Europa, a certificação agrega valor ao produto, protege sua identidade e fortalece sua competitividade em um mercado cada vez mais orientado pela autenticidade e pela rastreabilidade.

Essa lógica explica por que o enoturismo deve ser compreendido como uma política de desenvolvimento regional e não apenas como uma ação de promoção turística. Quando uma região consegue associar sua produção a uma identidade reconhecida, cria um ciclo virtuoso em que turismo, agricultura, gastronomia, comércio e cultura passam a crescer de forma integrada.

Os resultados recentes do turismo gaúcho demonstram esse potencial. Em 2025, o Rio Grande do Sul registrou crescimento de 11,4% na atividade turística, desempenho superior ao da média nacional. Diversos fatores contribuíram para esse avanço, mas poucos segmentos apresentam capacidade tão expressiva de distribuir renda quanto o enoturismo. Cada visitante que percorre a Serra Gaúcha movimenta hotéis, restaurantes, cafeterias, transportadoras, artesãos, guias, produtores rurais e comerciantes locais. É uma economia baseada na permanência do turista e na multiplicação do consumo dentro do próprio território.

Naturalmente, manter essa posição exige novos investimentos. A concorrência internacional entre destinos

turísticos tornou-se intensa e não basta possuir bons produtos. É necessário qualificá-los, promovê-los e posicioná-los estrategicamente nos mercados emissores. Foi justamente com esse objetivo que estruturamos, em parceria com a Invest RS e o Sebrae RS, o Plano Tático Internacional, que identifica o enoturismo como um dos produtos prioritários para ampliar a presença do Rio Grande do Sul no mercado global.

Essa estratégia vai além da promoção institucional. Envolve qualificação profissional, fortalecimento da infraestrutura, apoio ao empreendedorismo, presença em feiras internacionais e aproximação com operadores especializados. Em um cenário em que turistas buscam experiências autênticas e personalizadas, o Rio Grande do Sul reúne atributos capazes de competir com regiões tradicionais do mundo.

Também é importante compreender que o sucesso do Vale dos Vinhedos não deve permanecer restrito à Serra Gaúcha. O modelo construído ali oferece referências para outras regiões do Estado que apresentam vocação vitivinícola. A expansão de novas rotas, respeitando as características de cada território, amplia oportunidades econômicas, diversifica a oferta turística e fortalece a regionalização, uma das diretrizes centrais da política estadual de turismo.

O enoturismo demonstra que desenvolvimento não nasce apenas de grandes obras ou de incentivos fiscais. Muitas vezes, ele surge quando um território reconhece sua própria vocação, protege sua identidade e transforma patrimônio cultural em ativo econômico. O vinho produzido no Rio Grande do Sul carrega história, técnica e tradição, mas também representa inovação, empreendedorismo e geração de riqueza.

Essa talvez seja a principal lição do Vale dos Vinhedos. O turismo deixa de ser apenas um instrumento de visitação para tornar-se uma política pública capaz de fortalecer cadeias produtivas inteiras. Quando planejamento, identidade territorial e investimento caminham juntos, o resultado ultrapassa o setor turístico. Constrói desenvolvimento sustentável, amplia oportunidades e posiciona o Rio Grande do Sul como referência nacional e internacional em um dos segmentos mais sofisticados da economia da experiência.

JULIANA AJUZ CAMPOS

Cirurgiã-Dentista, Mestre em Implantodontia, Nutricionista e Psicanalista Clínica

Menopausa: a
boca como espelho
hormonal e
cardiovascular

A queda estrogênica que caracteriza o climatério não é um evento exclusivamente ginecológico. Seus efeitos alcançam tecidos distribuídos por todo o organismo — e a cavidade oral representa um dos territórios mais precocemente e mais intensamente afetados. O problema clínico central é que médicos não olham para a boca e dentistas raramente perguntam sobre o status hormonal de suas pacientes.

O estrogênio possui receptores ativos em gengiva, ligamento periodontal, osso alveolar e glândulas salivares.

Quando seus níveis caem, o equilíbrio entre formação e reabsorção óssea se rompe: citocinas pró-inflamatórias como IL-1?, IL-6 e TNF-? se elevam no tecido periodontal, acelerando a destruição do osso de suporte dos dentes. A queda hormonal também reduz o fluxo salivar, favorece disbiose oral e aumenta a prevalência da síndrome da boca ardente — condição que afeta entre 10% e 40% das mulheres pós-menopáusicas e permanece sistematicamente subdiagnosticada.

A periodontite, potencializada pelo hipoestrogenismo, não é apenas doença local. É infecção bacteriana crônica de baixo grau que mobiliza resposta imune persistente, eleva proteína C-reativa (PCR), fibrinogênio e interleucinas circulantes. Em agosto de 2025, a American Heart Association formalizou, em Scientific Statement publicado na Circulation, a associação entre periodontite e doença cardiovascular aterosclerótica — reconhecendo tanto mecanismos diretos quanto indiretos, via resposta inflamatória sistêmica. No mesmo ano, o American College of

Cardiology listou a periodontite entre as fontes de citocinas pró-inflamatórias relevantes para o risco cardiovascular; ao lado de tabagismo, hipertensão e dislipidemia.

No climatério, essas duas correntes convergem: o hipoestrogenismo eleva o risco cardiovascular de base enquanto a periodontite — potencializada pelo mesmo hipoestrogenismo — adiciona uma carga inflamatória crônica que amplifica esse risco. A mulher que chega ao consultório com perda óssea alveolar acelerada e gengiva inflamada pode estar, simultaneamente, com PCR elevada e risco cardiovascular crescente — e ninguém conectou esses pontos.

Fechar esse gap exige mudança de prática. O dentista que examina uma paciente de 52 anos com periodontite progressiva precisa perguntar sobre status hormonal. O ginecologista que acompanha uma mulher em transição menopáusica precisa incluir saúde oral na avaliação de risco. A boca não existe isolada do corpo. Tratá-la como se existisse é uma forma silenciosa de negligência clínica.